

ARQUEOLOGIA BRASILEIRA E IMPERIALISMO IANQUE: IMPLEMENTAÇÃO DO PRONAPA E PROPA (1965-1978)

Juliana Rossato Santi*, **Carlos Augusto Zimpel Neto****, **Lucio Lemes*****, **Saul Eduardo Seiguer Milder******

* Mestrado de Integração Latino-americana (MILA-UFSM) Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – Universidade Federal de Santa Maria-RS ** Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – Universidade Federal de Santa Maria-RS – czimpel@mail.ufsm.br, Bolsista PIBIC-CNPq *** Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal de Santa Maria-RS – Bolsista da FAPERGS ³ ****Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal de Santa Maria-RS e orientador da pesquisa

Palavras-chave: História Contemporânea, PRONAPA, PROPA, Arqueologia

Área do Conhecimento: VII – Ciências Humanas - História

Introdução

Dentro da perspectiva de historicizar a arqueologia, propomos o seguinte tema: A intervenção Norte-americana nos estudos Arqueológicos Brasileiros através de dois programas o PRONAPA¹ e PROPA² implantados no período de 1965 a 1978.

O período em questão está inserido em um contexto nacional e internacional, de grandes mudanças frente a um mundo dividido, entre duas perspectivas econômicas, políticas e sociais, a chamada Guerra Fria: o mundo capitalista com os EUA versus o socialista com a Rússia, como protagonistas da guerra.

Um período em que a guerra era improvável e a paz era impossível, porque não havia maneira de conciliar os interesses de capitalistas e de comunistas, e ainda, um sistema só poderia sobreviver às custas da destruição total do outro. E a guerra era improvável porque, os dois blocos tinham acumulado tamanho poder de destruição que se acontecesse um conflito generalizado seria, com certeza, o último.

O Brasil está inserido no modelo capitalista e diretamente ligado aos Estados Unidos, país capitalista hegemônico, e como todos os outros, teme a proliferação do socialismo e o amadurecimento intelectual de seu povo. É dentro deste contexto que se dá o golpe militar em 1964, e se instaura uma repressão generalizada dentro do Brasil. Logo após o golpe, um acordo é firmado entre a *United States Agency for Inter-American Development* e o Ministério de Educação e Cultura do Brasil, gerando a reorganização de todo o sistema universitário nacional, sob a égide da ideologia de “Segurança Nacional”, inclusive nos estudos Arqueológicos.

O PRONAPA vai ser a consolidação da intervenção norte americana no Brasil, para a Arqueologia, que se estenderá até 1978 com o PROPA, mas que, infelizmente, continua tendo repercussão atualmente em vários trabalhos arqueológicos que ainda se utilizam dos conceitos *pronapianos* para a realização de seus trabalhos científicos.

Além de evidenciar a intervenção, buscou-se analisar alguns equívocos dos dois programas, e destacar vários arqueólogos que atualmente se concentram

¹ Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (1965-1971)

² Projeto Paleoindígena (1971-1978)

na tentativa de desconsideração de várias heranças negativas que o Pronapa e o Propa têm consolidado.

O contexto mundial

A intervenção norte americana nos estudos universitários brasileiros deu-se de forma generalizada. Ao abordarmos aqui, este tema devemos considerar todo o contexto em que essa situação foi criada, ou seja, o contexto mundial que vai proporcionar essas atividades.

A chamada Guerra Fria permeava todo esse período. O planeta foi dividido em dois blocos antagônicos: o capitalista com sede em Washington, e o socialista com sede em Moscou. Os dois blocos surgiram como resultado da derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Inicialmente, seus grandes limites territoriais e político foram determinados, em 1945, pelas conferências de Ialta e Potsdam, com o objetivo de instituir uma nova ordem mundial sobre os escombros da Europa e da Ásia.

Mas estes limites nunca foram estáticos, exatamente porque eles refletiam uma correlação de forças entre as superpotências, as fronteiras entre os blocos eram muito mais a base de um complexo jogo geopolítico, cultural e simbólico do que marcos territoriais e geográficos.

Enfim a Guerra Fria legitimou a lógica da exclusão do outro, do diferente. No Brasil essa premissa foi aprofundada com a ditadura militar imposta ao povo e que ainda faz sentir seus efeitos em cada aspecto da vida cotidiana.

O contexto brasileiro para a implantação dos Programas

A política brasileira a partir de 1964, segue um novo direcionamento político, ou seja, instaura-se uma forte ditadura liderada por militares brasileiros.

É uma ilusão supor que a reação brasileira, solidamente apoiada pelo imperialismo, a ele associado e dele dependente, tivesse perdido, em qualquer momento, antes de 64, o controle do estado brasileiro. Se o processo político prosseguisse, sob condições de liberdade, crescendo o movimento de massas, surgiria,

necessariamente, a ameaça de perda daquele controle. Daí a necessidade de deter o processo político de liquidar a liberdade, de barrar o avanço do movimento das massas.

O controle do aparelho do estado permitiu à reação a montagem cuidadosa das operações: o golpe consistiu apenas em expelir das funções os elementos suspeitos e os adversários declarados. Foi o que ocorreu a partir de 1º de abril. E, a partir daquele dia, usando o mesmo aparelho, e apenas substituindo, aqui e ali, de maneira reduzida em relação ao conjunto, a reação desencadeou o processo de mudança, que começou, pois, de imediato e sem luta. Nos preliminares deste processo de mudança, estava a repressão. Pela eliminação dos elementos adversários e pelo estabelecimento de uma estrutura policial, destinada a limpar o terreno.

A ação dos Estados Unidos era o resultado do fato que, por toda a comunidade acadêmica Norte Americana, esforços foram enviados para mobilizar o ocidente, em uma luta ideológica global, contra uma maneira mais crítica e social de se entender a sociedade; enquanto, ao mesmo tempo, esposava-se uma objetividade desinteressada, como um dos valores e instituições característicos deste mesmo ocidente. Esta era a abordagem que estava por detrás das atividades de alguns arqueólogos americanos ligados ao *establishment* americano e aos militares sul americanos.

Logo depois do golpe, aqui estiveram Clifford Evans e Betty Meggers e já em outubro de 1964, organizaram o que chamaram de um seminário intensivo para ensinar teoria e metodologia arqueológicas, classificação e interpretação cerâmica para pupilos brasileiros. Imediatamente aos o seminário, Evans e Meggers usaram o mês de novembro de 1964 para viajar por onze estados brasileiros, visitando reitores e diretores de museus, agora afinados com o novo regime de forças. Meggers ensinou e treinou uma geração de praticantes brasileiros sob a bandeira da objetividade em busca dos fatos: “espero que as pessoas entendam que a verdade é mais interessante que a ficção”.

A Arqueologia, como ciência experimental, foi interpretada como estranha

às questões históricas, em claro contraste com as humanidades. Este tipo de empirismo anti Histórico, importado dos Estados Unidos, foi introduzido em uma sociedade completamente diversa da americana, na qual, a competição, os direitos individuais e o capitalismo, dentro e fora da academia, constituem um quadro cultural consistente. O empirismo no Brasil serviria a outros propósitos. O sistema social brasileiro, nesse momento, baseia-se em princípios não capitalistas, como a hierarquia, o compadrio, e o favor.

É neste momento histórico brasileiro de aproximação com os Estados Unidos que vai estar inserida a implantação de programas como o Pronapa e logo após o Propa, que não só servirão para o enriquecimento quantitativo da cultura material pré-histórica, mas também como uma maneira de apropriação e direcionamento do conhecimento arqueológico desenvolvido no Brasil.

Os programas: Pronapa e Propa

Pronapa

Dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido pelos arqueólogos Norte Americanos Clifford Evans e Betty Meggers, no Brasil, ressalta-se como objetivos principais do programa: “a criação de uma cronologia relativa para a ocupação pré-européia do Brasil e o reconhecimento de filiações culturais entre sítios e regiões, ambos como elementos básicos para a reconstrução do desenvolvimento cultural e da difusão nesta parte da América”.

O PRONAPA tinha o objetivo de espalhar trabalhadores de campo por todo o país, coletando artefatos em grande quantidade, armazenando-os em museus, constituindo *corpora* que seriam, ao final, classificados como matéria prima, não foi completado. Porque desde a década de 1960, os brasileiros foram treinados, pelos empiristas americanos, como trabalhadores de campo, sob a égide de um determinismo ecológico não-histórico.

Seus métodos de escavação e análise misturavam materiais de períodos

diferentes, artificialmente comprimindo a seqüência arqueológica, resultando em vários dados descontextualizados temporalmente e espacialmente.

Este grupo de praticantes não se desenvolveu, como seria o caso em outros lugares como um simples feudo acadêmico, mas, em uma sociedade clientelística, como a brasileira, e sob direto comando autocrática da ditadura, este grupo tornou-se o único legítimo. Passaram a perseguir ou impedir as atividades daqueles que não concordavam com a abordagem empirista ecológica e com sua organização e ponto de vista politicamente despótico.

A constituição de um grupo que tentava tudo controlar explica porque o empirismo norte americano, no Brasil, não conseguiu atingir seus próprios objetivos de coletar dados, estabelecer *corpora* e, finalmente, classificar o material em grande escala. Como é comum em sistemas autoritários, não era possível desenvolver discursos e práticas alternativas e não havia, pois, qualquer necessidade, para aqueles que controlavam o *stablishment*, de serem competentes em seus próprios termos epistemológicos. Graças à ditadura, foi possível restabelecer práticas clientelísticas por meio de poder arbitrário, usando o empirismo, antes de mais nada, como uma justificativa de poder.

Este projeto nacional de pesquisas arqueológicas (PRONAPA), foi montado em colaboração com o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Smithsonian Institution, norte americana, e pretendia promover durante os anos de 1965 – 1971 prospecções e testes (pequenas escavações rápidas) visando elaborar, sem demora, um quadro geral das culturas brasileiras. Registraram-se milhares de sítios, a maior parte pertencente aos períodos mais recentes (com presença de cerâmica) da pré-história brasileira.

Propa

A partir do ano de 1972, dando seqüência ao programa inicial, mas um pouco mais restrito, surge o PROPA (Programa de Pesquisas Arqueológicas sobre o Paleoindígena, Paleofauna, e Paleoclima do Rio Uruguai, Ibicuí e áreas próximas do Rio Grande do Sul, Brasil),

patrocinado também pelo Instituto Smithsonian-USA e pela FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul).

A metodologia de campo estava ligada ao pressuposto de que onde fossem encontrados fósseis, também existiriam sítios de caçadores coletores antigos. Desta maneira os afloramentos foram mapeados, os até então conhecidos, e começaram as sondagens arqueológicas. Devidos a sua metodologia, todos os sítios arqueológicos antigos estão ligados a localidades com abundância de fósseis de animais extintos, como é o caso de Touro Passo, Rio Quaraí, Sanga da Cruz (Lajeado dos Fósseis) etc.

Heranças Pronapianas na Arqueologia Sul Riograndense e Perspectivas Atuais

A partir da década de 90, do século passado, os arqueólogos iniciantes passaram a perceber algumas repercussões negativas na arqueologia causadas pelos programas arqueológicos norte americanos e incentivados pelo governo Brasileiro em 1964, e passaram a avaliar as metodologias e estudos até então utilizados. Havia muitos arqueólogos que não compartilhavam com essas concepções, mas não haviam formulado propostas alternativas, para o estudo arqueológico de suas regiões.

Corroborando as palavras de Milder (1999), embora criticados e tendo muitas limitações, o PRONAPA E O PROPA, deixaram dados substanciais sobre cronologia e dispersão sobre as culturas pré-históricas brasileiras que inclusive, abriram espaço aos estudos atuais, mas hemos de convir que em muitos outros pontos houveram perdas, principalmente, no tocante ao comprometimento com a busca dos dados.

O PRONAPA detinha uma série de limitações. Tinham o objetivo de estabelecer cronologias relativas e determinar a direção das influências, migração e difusão das culturas através de um método denominado Ford. Estas cronologias estavam organizadas em conjuntos artificiais denominados fases e tradições. O método Ford visualiza a produção humana a partir de uma ótica evolucionista, descartando o homem e interessava-se somente pelos mecanismos pelos quais modificam-se as culturas.

A arqueologia tradicional Riograndense, embasada nas teorias *pronapianas*, utiliza dados analisados e elaborados pelos arqueólogos que foram “contratados” para a execução do programa. Os arqueólogos na época, utilizaram-se desta posição, na tentativa de mapear a “*disperção e ocupação pré-européia do Brasil e o reconhecimento de filiações culturais entre sítios e regiões*”, e o programa cria então, a noção de Tradições Arqueológicas. Especificamente para o Rio Grande do Sul, a partir desta classificação pronapiana temos: povos de tradição ceramista - abrangendo a Tradição Vieira, Tradição Taquara e Tradição Tupiguarani; e povos sem cerâmica - abrangendo a Tradição Umbu, Tradição Humaitá e Tradição dos Sítios Litorâneos.

Verifica-se na implantação do Pronapa o problema da generalização, ou seja, a tentativa de explicar a arqueologia brasileira a partir de heranças ocidentais, ou ainda, aplicação das técnicas e metodologias norte americanas na arqueologia brasileira sem a percepção do contexto regional, e sem o comprometimento com análises profundas e raciocínios lógicos.

Assim estavam desenvolvendo-se as Tradições Arqueológicas, conjuntos de objetos com similaridade de forma, com persistência no tempo e distribuição no espaço, conforme a Terminologia (Chmyz, 1966), que se tornaria o guia para a classificação dos objetos encontrados.

Enfatiza-se que a arqueologia brasileira foi orientada a partir de explicações e métodos que muitas vezes não servem para a região estudada. Percebe-se, assim, que, nas tentativas de se obter um modelo explicativo para as técnicas que caracterizassem determinados povos, tem-se deixado de lado todo o conjunto que engloba a geomorfologia da região, o clima em constantes mudanças e a própria localização dos sítios que são geralmente analisados separadamente.

Considerações finais

Dentro de um processo de separação mundial entre o “eu” e o “diferente”, criado pela Guerra Fria, salienta-se o estado

Brasileiro, protagonista de uma história oficial onde o povo foi um mero figurante com aspiração a mudanças, mas sem perspectiva de vitórias.

A intervenção norte americana no estado brasileiro a partir de 1964, não se dá somente no plano educacional, mas principalmente e explicitamente nele. Durante a exposição deste trabalho, demonstra-se documentalmente, um processo de acordo científico e financeiro entre os dois países, (Brasil e Estados Unidos), motivado pela tentativa imperialista de subjugação dos povos “subdesenvolvidos”, a um paternalismo disfarçado.

Dentro do plano educacional de desenvolvimento brasileiro, tem-se planos também para a arqueologia. Ela pode ser considerada uma ciência recente no Brasil, iniciando sua explosão científica, a partir dos anos 60. Nesta época, o Brasil toma conhecimento de que seu país é arqueologicamente potencial, mas essa potencialidade passa a ser estudada sob a ótica de um dominador que tem como premissa, o estudo das dispersões do artefato, sem necessariamente associá-lo a um ser humano protagonista de uma história e produtor de uma cultura material a ser estudada.

Assim, se perpetuaram ao longo de décadas de estudos, várias verdades arqueológicas equivocadas, devido à metodologia utilizada. Os conceitos utilizados pelo pronapa e pelo propa estão sendo revisados, portanto, não se concebe a continuidade destes equívocos.

Atualmente passamos a vislumbrar novas possibilidades de cunho teórico metodológico e prático, que estão levando em conta o contexto de inserção do sítio na paisagem, análises de todos os vestígios que o sítio possa oferecer (solo, materiais ósseos, restos de flora, líticos, cerâmicas, inclusive microevidências). A metodologia de campo pronapiana deve ser refutada, na medida em que um sítio arqueológico a ser estudado já superou a explicação do artefato pelo artefato.

Bibliografia

COUTO; João de Paula. **Revolução de 64: A versão e o fato**. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

CHMYZ, I. (Ed.). **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica**. Manuais de Arqueologia, nº 1. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, 1966.

FUNARI, P. P. A. **Teoria Arqueológica na América do Sul**. Primeira Versão. IFHC/ UNICAMP. Campinas, 1998.

KERN, A. A. (org.). **Arqueologia Pré-História do Rio Grande do Sul**. Kern, Arno A. Et alii. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

MILDER, S. E. **A Fase Ibicuí: uma revisão arqueológica, cronológica e estratigráfica**. Dissertação de Mestrado. IFCH/PUCRS, 136 p., 1994.

_____. **Arqueologia do Sudoeste do Rio Grande do Sul: Uma Perspectiva Geoarqueológica**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2000.

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS- 2. Resultados Preliminares do Segundo Ano (1966 – 1967). Museo Paranaense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas Nº 10. Belém, Pará, 1969.

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS- 3. Resultados Preliminares do Terceiro Ano (1967 – 1968). Museo Paranaense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas Nº 10. Belém, Pará, 1969.

PROUS; André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

SODRÉ, Nelson W. **A fúria de Calibá: Memória do Golpe de 64**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

